

A educomunicação como forma de inclusão das pessoas com deficiência no complexo ambiente escolar

RAÍRA SANTOS TORRICO

Da educomunicação:

A educação se caracteriza de diversas formas, estas pouco conhecidas no nosso sistema de ensino, já que em muitas escolas, como veremos adiante, as práticas educacionais, visadas a alunos deficientes são pouco aceitas, gerando uma interferência e segregação de tais alunos em relação aos alunos não deficientes. Com o avanço do progresso sociológico perante a integração social dos estudantes, num contexto moderno e acessível, a educomunicação surge como forma de inclusão desses alunos deficientes, dentro do sistema básico educacional.

Para quem desconhece o termo educomunicação, muitas ideias podem vir à mente ao escutar este novo termo, mas a associação mais comum é considerar a junção das palavras educação e comunicação, rejeitando todo o restante que esse campo emergente representa.

Se pesquisarmos em um dicionário, podemos encontrar:

Educação (do dicionário Michaelis):

1. Ato ou efeito de educar.
2. Aperfeiçoamento das faculdades físicas intelectuais e morais do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino.
3. Processo pelo qual uma função se desenvolve e se aperfeiçoa pelo próprio exercício: *Educação musical, profissional etc.*
4. Formação consciente das novas gerações segundo os ideais de cultura de cada povo.

Comunicação (do mesmo dicionário):

1. Ação, efeito ou meio de comunicar.
2. Aviso, informação; participação; transmissão de uma ordem ou reclamação.
3. **Mec.** Transmissão.
4. Relação, correspondência fácil; trato, amizade.
5. **Sociol.** Processo pelo qual ideias e sentimentos se transmitem de indivíduo para indivíduo, tornando possível a interação social.

Assim, em uma primeira leitura, o neologismo que forma o termo educomunicação poderia ser interpretado como o ato de transmitir ao indivíduo um produto de ordem intelectual, que visa o ato de ensinar. Porém, seu paradigma é bem mais amplo do que essa superficial definição.

O Professor Doutor Ismar de Oliveira Soares, em seu artigo *“Uma Educomunicação para a cidadania”* desenvolve alguns aspectos próprios da educomunicação, como a interdisciplinaridade do curso, o contexto de relacionamento das tecnologias da comunicação com o cotidiano dos educandos, e a apropriação por parte destes para promover a reflexão das formas e conteúdos encontrados na mídia, considerando a comunicação como um bem social, instrumento para formação da cidadania. Nesse contexto, a função do professor também é entendida como um ser mediador, e não apenas instrutor das informações encontradas nas redes.

Essa nova concepção do papel do professor, como um mediador no processo de aprendizagem, é uma resposta à ruptura que o atual paradigma está sofrendo no tempo presente. Assim, pode-se observar em distintos ambientes escolares que a educação estruturada no positivismo, no determinismo, na explicação puramente científica, e com ênfase no descritivo não consegue mais gerar as mesmas respostas que antigamente. E com a chegada da Era Digital Global, as demandas do saber escolar e do saber midiático estão cada vez mais associadas, necessitando de uma modificação por parte das instituições educacionais para gerar uma oferta que atenda às atuais demandas do mercado. Relações mercadológicas à parte, o mundo vem sofrendo profundas mudanças, de modo que manter uma estrutura que não acompanha os tempos digitais é criar o espaço ideal para o não diálogo entre a realidade dentro e fora das instituições de ensino.

Esta dissociação entre a realidade dentro e fora das instituições de ensino possuem relações ainda mais delicadas quando consideramos a educação inclusiva. De acordo com o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento sobre educa-

ção inclusiva¹ um sistema educacional pode ser considerado inclusivo quando abrange os seguintes termos: Reconhece que todas as crianças podem aprender; Reconhece e respeita diferenças nas crianças (idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde.); Permite que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam as necessidades de todas as crianças; Faz parte de uma estratégia mais abrangente de promover uma sociedade inclusiva; É um processo dinâmico que está em evolução constante; Não deve ser restrito ou limitado por salas de aula numerosas nem por falta de recursos materiais.

Ao tentarmos reproduzir a mesma estrutura educacional em crianças e jovens com deficiência, e que necessitam de outras abordagens pedagógicas, é previsível o baixo resultado dentro das escolas tradicionais, pois muitas vezes, a própria instituição escolar encontra diversos obstáculos para formar e consolidar a cidadania no sujeito com deficiência. Assim, esse público tende a terminar isolado dentro do ambiente escolar, não conseguindo acompanhar o desempenho dos outros alunos não deficientes, e a escola deixa de fornecer e ser um ambiente inclusivo.

Muitas vezes, o estudante com deficiência possui outras formas de se comunicar, mais sutis e que acabam passando despercebidas pela escola. O aspecto inclusivo da educação pode contribuir para potencializar este processo comunicacional do estudante com deficiência, pois este campo incentiva a conscientização, por parte dos estudantes, para promover a reflexão das formas e conteúdos sociais, rompendo com determinados estereótipos de lugares sociais já definidos como inferiores para este público, como centros especializados apenas para deficientes, aos quais inclusive geram certo determinismo sociológico, de compreensão excludente, perto ao que seria de escolas com formação capacitada para os alunos deficientes e não deficientes.

Ao abrir espaço para a promover a reflexão, considera-se o contexto individual de cada ser, permitindo uma maior troca de experiências entre os vários pontos de vista para um determinado assunto dentro da sala de aula. O holograma contido nesse espaço reflete então a diversidade; não apenas sócio-econômico-cultural; mas comporta igualmente a multiplicidade das pessoas com deficiência, que também convivem com as mesmas tecnologias que os não deficientes, mas com desvantagens perante o ambiente não universal.

1 Esta definição de educação inclusiva foi usada durante o seminário sobre Educação Inclusiva do International Disability and Development Consortium (IDDC), Agra, Índia, em 1998. Desde então foi incorporada, quase palavra por palavra, no Relatório Branco sul-africano sobre educação inclusiva (South African White Paper on inclusive education), em Março de 2000.

Para uma educação inclusiva.

No mundo atual, o início da atividade geral de formação de subjetividade é uma das consequências do sistema de formação pedagógico, que deveria corresponder às necessidades mais fundamentais no processo de aprendizagem: Desenvolver a capacidade de não somente relacionar conteúdos, como também contextualizá-los dentro de um sistema complexo, social e dinâmico.

Por complexo, a definição do francês Edgar Morin sintetiza que:

“Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (...) A educação deve promover a ‘inteligência geral’ apta e referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global.” (Morin, 2001 p. 38-39)

Seguindo essa definição, o sistema educacional mantém determinadas características válidas na contemporaneidade, porém apresenta falhas, visto que a relação de complexidade estabelecida entre as disciplinas escolares é baixa, quando não nula, refletindo em outras etapas educacionais. Tal estrutura, caracterizada pelo sistema positivista, e determinista, com influência dos pensamentos do matemático e filósofo Descartes, e seu método cartesiano, empírico, porém enfatizando os conteúdos, e não as diferentes formas do saber, o que gera uma dificuldade por partes dos educandos de compreender e relacionar a totalidade, pois estudaram na maior porção do tempo, apenas as partes dissociadas do todo escolar, comprometendo sua interpretação futura do conjunto ético, artístico, lógico, e social.

Essa dificuldade das instituições em administrar o complexo adquire dimensões ainda maiores quando necessita abordar as diferentes formas de aprendizagem dos jovens, ou seja, quando a escola é requerida para ensinar pessoas com deficiência.

Existem leis que já garantem o direito ao acesso democrático dessas pessoas – um reconhecido progresso perante outros países - tal consta na convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, artigo 24:

§ 1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos. [...]

§2ª As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência. [...]

§4 A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.” (Decreto nº 6949, 2009)

Também o documento Educação Inclusiva - Atendimento Educacional Especializado, do Ministério da Educação (2005), concebe o atendimento educacional especializado, “antes denominado Educação Especial, como um complemento da educação geral”. Assim refere-se:

É um direito de todos os alunos que necessitam de uma complementação e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e ou pelo próprio aluno. O atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas da escola comum, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais. As ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo da deficiência (MEC/SEESP, 2005, p. 9).

A relação estabelecida entre os dois temas pode ser entendida então através da complexidade dentro da questão da deficiência, pois a partir do momento que a educação regular não consegue suprir as necessidades dos estudantes deficientes, cabe o suporte das esco-

las especializadas para que esses alunos consigam acompanhar e concluir todas as etapas educacionais dentro do ensino regular, de modo a colaborar para um desenvolvimento humano de todos – formando o respeito às diferenças.

Dentro desse cenário, a educomunicação e sua epistemologia pode ser utilizada para viabilizar uma educação verdadeiramente inclusiva, em todas as escolas (gerando menos problemas na capacidade de locomoção dos alunos com deficiência, por exemplo), garantida por lei, e não apenas propondo um ensino integrado falho, que deixa de interpretar a presença da diversidade como um aspecto positivo, e passa a denominar a pessoa como um ser incapaz de acompanhar e aprender os conteúdos ali desenvolvidos perante outros estudantes de escolas “normais”. Nessa interface, a práxis educ comunicativa pode contribuir significativamente para a acessibilidade na “questão da cidadania, que vem apresentando-se como o enlace de todas as experiências no campo.” (SOARES, P.4) além de proporcionar um diálogo aberto e franco, onde todos os participantes podem ter espaço para expressarem suas ideias e opiniões, sem distinção social.

Por não conseguirem atender as necessidades específicas de cada indivíduo deficiente, os estabelecimentos de ensino recusam e excluem este público, perdendo a maior marca da diversidade e a oportunidade de maior aprendizado por parte de todos os alunos. Também, os alunos com deficiência se sentem excluídos da esfera social a qual pertencem, isto é, de estudantes. Isso ocorre no momento em que tais instituições desconhecem ou recusam os usos das tecnologias assistivas, pois muitas têm falta de conhecimento sobre o papel dessas ferramentas dentro da educomunicação. As tecnologias assistivas podem ser definidas como “uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados pelos indivíduos com deficiências.”

E os exemplos encontrados são variados, indo desde uma fita crepe, que prende o papel a mesa; a *softwares* de leitor de tela, e conteúdos digitais acessíveis. Uma gama de ferramentas que ampliam e efetivam o aprendizado desses cidadãos, e não apenas os restringem aos métodos das escolas especiais.

Obviamente, o papel dessas escolas tem sua importância dentro do campo de aprendizagem das pessoas com deficiência, mas enquanto for um fator de segregação e não complemento do ensino regular, sua função será alvo de questionamento, visto que a própria lei já garante um ensino não apenas integrado, mas inclusivo - para todos, como colocado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996).

Considerando todo o contexto apresentado, a educomunicação traz uma solução possível para a problemática dúvida, pois considerando a heterogeneidade escolar atual, ela aborda questões interdisciplinares, em uma tentativa de romper com o estudo sistemático e separado das matérias, o que pode ser benéfico para um maior número de pessoas, deficientes ou não, visto que ao centralizar a participação no aluno (valorizando o papel da “aprendizagem pelo fazer”, de acordo com o que propôs o pedagogo Freinet e muitos outros) (SOARES, P.8), é possível descobrir novas formas de aprendizado, no ritmo do aluno (seja ele deficiente ou não).

Pensando a longo prazo, a necessidade de um novo modelo educacional, que considere a complexidade, acarreta em um processo de reformulação e modernização dos níveis de aprendizado em todos os graus. Os desafios para se atingir esse novo patamar educacional, no entanto, são os obstáculos a serem vencidos pelas próximas gerações, que, frutos das mudanças no atual sistema escolar, possam criar uma nova perspectiva de relacionamento dentro da sala de aula, para um ensino realmente acessível e de qualidade a todos.

Referências bibliográficas:

- ALVES, Patrícia Horta. **Pesquisa aponta para a emergência do campo da educomunicação**. Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, p.1-5. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/12.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- BARBOSA, Ana M. E. C., **A importância da tecnologia assistiva no processo de inclusão escolar**. 2007. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=20618>>. Acesso em: 08/07/2016.
- BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Artigo 24. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 10/07/2016.
- BRUNO, Marilda M. G., **Educação Inclusiva: Componente da Formação de Educadores**. 2008. Disponível em: <<http://saci.org.br/index.php?modulo=akemi¶metro=21054>>. Acesso em: 09/07/2016.
- JACQUINOT, Geneviève. **O que é um educador? O papel da comunicação na formação dos professores**. Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo,

São Paulo, p.1-15, maio 1998. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cursoobjetosaprendizagem/jacquinet_98.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand. 2005

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez;Unesco, 2001.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação. São Paulo: 12 a 24, set./dez. 2000.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Uma educomunicação para a cidadania**. Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, p.1-14. Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

Dicionário

MICHAELIS. São Paulo: **Michaelis**, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

A AUTORA

RAÍRA SANTOS TORRICO - Graduanda do curso de Licenciatura em Educomunicação, pela ECA-USP.